

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO: UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM DIADEMA¹

Profa. Dra. Rosângela Gavioli Prieto - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - e.mail - rosangel@usp.br

Profa. Dra. Elisabeth Neide Klaus Cacalano - Centro Universitário Fundação Santo André - e.mail – oduk@uol.com.br

Profa. Ms. Ligia Cecília Buso Sernagiotto - Centro Universitário Fundação Santo André - e.mail – lcsernagiotto@ig.com.br

Profa. Ms. Marli Vizim - Centro Universitário Fundação Santo André e Prefeitura Municipal de Diadema - e.mail – marlivizim@uol.com.br

Este estudo é parte de uma pesquisa realizado no município de Diadema, no período de 2003 a 2006, que comporta em sua rede, diferentes níveis e modalidades de ensino, bem como diversas formas de atendimento educacional especializado. Em termos de educação especial, há um equipamento para alunos com deficiência auditiva, a Escola Municipal de Educação Especial (EMEE) “Olga Benário Prestes²”, criada em 1988, e o Centro de Atenção à Inclusão Social (CAIS), criado em 1999 e expandido em 2004, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Nesse Centro estão lotadas as salas de Recursos e de Apoio Pedagógico (SR e SAP), forma de atendimento que teve início em 1995 no espaço da Escola “Olga Benário, predominantemente, para os alunos matriculados nas escolas municipais e estaduais, assim como o Serviço Itinerante, que através de professores especializados presta apoio, desde 1993, aos professores e alunos com necessidades educacionais especiais (N.E.E.) matriculados nas escolas comuns de educação infantil (EI) e de educação de jovens e adultos (EJA). O centro mantinha um serviço de “atendimento a comunidade” para a demanda de municípios encaminhados para uma triagem. Havia, também, o Grupo de Intervenção Metodológica (GIM), projeto do Departamento de Educação (DEPED) da Secretaria de Educação de Diadema³ (SME-Diadema) implantado para “oferecer atendimento simultâneo com formação para professores e acompanhamento para alunos do ensino fundamental”. Na sua interface com a

¹Esta comunicação é parte de uma pesquisa sobre política pública de educação especial em Diadema, aprovado pelo Programa de Pesquisas em Políticas Públicas da FAPESP, intitulada “Educação Inclusiva: o desafio de ampliar o atendimento de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais com qualidade e a formação docente”, no período de 2003/2006.

² Doravante denominada Escola “Olga Benário”.

³Na configuração da gestão 2005-2008 a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Diadema (SECEL) foi desmembrada em três secretarias, sendo: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Neste relatório, as denominações serão atualizadas apenas quando tratar-se do tempo presente, pois como o resgate é histórico será utilizada a denominação SECEL.

educação especial contava com a participação de uma professora itinerante do CAIS, em tempo integral, cuja função era assegurar “a aprendizagem, com um olhar singular para os alunos frágeis, seus pais e responsáveis, além de possibilitar aos professores e à equipe do GIM condições de atendimento a todos os alunos em seus diversos ritmos de aprendizagem⁴“.

Outra característica do município é a constância de prefeitos filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) que se sucederam desde 1983. A atual gestão municipal (2005-2008) está novamente sob responsabilidade de José de Filippi Júnior, re-eleito após sua gestão de 2001-2004⁵.

As características peculiares, de oferecer atendimento educacional especializado e ter administração por governos democráticos-populares, nos últimos vinte e três anos foram os fatores que embasaram a escolha do município de Diadema para a realização da pesquisa organizada com a premissa em responder duas questões norteadoras:

1. O atendimento educacional especializado em Diadema atende às demandas dos alunos com necessidades educacionais especiais e as dos seus professores?
2. Que formação inicial e continuada de professores é indicada, segundo os mesmos, para garantir o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais em serviços especializados (Escola “Olga Benário”) e de apoio especializado (CAIS), bem como em classes comuns?

Para dar conta de tal tarefa, assumimos como **objetivos gerais**: descrever, analisar e avaliar práticas do poder público, que comportam formas de atendimento educacional especializado exclusivo e paralelo ao ensino regular, e direcionado aos alunos com necessidades educacionais especiais, bem como estabelecer princípios e parâmetros norteadores para a elaboração de programas de formação inicial e continuada para professores.

Esses compromissos se desdobraram em **objetivos específicos** dos quais destacaremos: resgatar, sistematizar e registrar a história da educação especial no município de Diadema, desde a gestão 1983-1988, em que foi implantado o primeiro serviço de educação especial público municipal, até início de 2006, segundo ano da administração 2005-2008.

Contudo, com o desenvolvimento da pesquisa constatou-se que, a sistemática de registro dos dados pela rede de ensino não se delimitava aos espaços da Secretaria de Educação. Portanto “resgatar, sistematizar e registrar a história da educação

⁴DIADEMA. SECEL. *Diário na Escola*. GIM Grupo de Intervenção Metodológica, Gestão 2001-2004, p. 3 e 5.

⁵ Constatou-se a constância de prefeitos filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) que se sucederam desde 1983, quando ocorreu a primeira eleição de um candidato filiado ao referido partido. Desde então até os dias de hoje, houve apenas uma interrupção na gestão 1997-2000, quando o prefeito eleito era filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), ainda que pese que em mandato anterior fora eleito também pelo PT. A atual gestão municipal (2005-2008) está novamente sob responsabilidade de José de Filippi Júnior, re-eleito, pois já havia ocupado esse cargo no período de 1993-1996.

especial no município de Diadema” exigiu que os dados fossem organizados segundo as gestões político-administrativas, com a respectiva elaboração de seis volumes com os dados documentais, visto que o volume de informações coletadas.

Entre essas, desde a década de 1970, o que se tinha como prática no atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais, era a cessão de alguns profissionais do Departamento Municipal de Educação para trabalhar na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-Diadema), assim como o trabalho desenvolvido nas classes especiais da Rede Estadual de Ensino, praticamente com atendimento aos alunos com deficiência mental. Seguem algumas das ações, destacadas nas diferentes administrações municipais.

Administração 1983-1988: prefeito Gilson Luís Correia de Menezes

Nos documentos referentes a essa administração verificou-se um investimento maior nos setores sociais. O Informativo Municipal (fev./1984) do primeiro ano de governo deixa claro que “[...] a educação é setor prioritário, tendo em vista que todas as crianças, desde a idade pré-escolar, principalmente dos 5 aos 6 anos, têm o direito de freqüentar, gratuitamente, as Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)” (p. 3). Em relação à educação especial, no último ano da administração foi inaugurada, no dia 10 de janeiro, a Escola Municipal de Educação Especial (EMEE) “Olga Benário Prestes”, com capacidade para atender 300 alunos. Contava, à época, com 18 professores, todos com habilitação em Educação dos Distúrbios da Áudio-comunicação (EDAC). Em documento datado de 4 de dezembro de 1988, após o término do ano letivo, sua diretora declarava realizar ações para oportunizar a integração dos alunos com a comunidade do entorno:” [...] periodicamente os alunos deixam as salas de aula e junto com os professores visitam outras escolas, ruas próximas, bairros onde moram e mantém contato com comerciantes e moradores.[...]A comunidade está sendo convidada e o interesse já foi despertado...” (DIADEMA. Folder, 1989).

Na educação especial deu-se um passo importante ao ampliar o atendimento, apesar de disponibilizado apenas para alguns dos que apresentavam deficiência mental ou deficiência auditiva, e não para os outros tipos de necessidades educacionais especiais.

Administração 1989–1992: prefeito José Augusto da Silva Ramos

Em janeiro de 1989, José Augusto da Silva Ramos assumiu a prefeitura de Diadema, com o propósito de reorganizar o sistema em áreas como: infra estrutura, limpeza, saúde, educação, entre outras. Especificamente em relação ao Departamento de Educação, Cultura e Esportes (DECE), na Divisão de Educação Especial foi implantado o trabalho com o conselho de mães das EMEI e da Escola “Olga Benário”. Em relação à proposta de trabalho educacional da Escola “Olga Benário”, foi elaborado um documento⁶ no qual se explicitava a intenção de ruptura da dicotomia entre a educação comum e especial, em que se salientava a importância da integração do

⁶ Documento: “Fundamentos da proposta para a Escola de Educação Especial de Diadema, de 1989”.

aluno com deficiência auditiva na escola comum, e se criticava as instituições cujo discurso oficial de integração restringia-se somente à mera aceitação das condições que lhes eram dadas.

Em 1990, com a promulgação da Lei Orgânica do Município, foi assegurado o atendimento especializado para portadores de deficiência. Ressalta-se que até esse ano, a Escola “Olga Benário” oferecia atendimento escolar para crianças com deficiência auditiva da pré-escola ao 1º grau (1º a 4º séries)⁷. Os alunos com outras necessidades educacionais especiais, aliadas ou não a uma deficiência, estavam matriculados na educação infantil comum do município. Contudo, ao final de 1991, o atendimento à educação infantil dessa escola especial foi desativado e registrava-se, em 1992, 70 alunos freqüentando o ensino fundamental I.

Administração 1993–1996: prefeito José de Filippi Júnior

Os princípios e metas da gestão municipal de 1993–1996 priorizavam a educação, a cultura, o esporte e o lazer. No início da administração do prefeito José de Filippi Júnior, o tema “Cidadania Cultural” foi escolhido como eixo articulador das ações políticas e sociais. Para tal, foram estabelecidas três diretrizes: *democratização da gestão; democratização do acesso e da permanência; e melhoria da qualidade da educação*.

No que diz respeito ao atendimento da população com deficiência, elaborou-se diversas ações, dentre as quais: a criação do Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência (COMPEDÉ); a ampliação do atendimento a deficientes auditivos mediante a instalação de duas novas classes na Escola “Olga Benário” para abertura de 40 vagas, bem como um projeto para sua reorientação curricular; a ampliação do número de modalidades de deficiência atendidas direta ou indiretamente; assim como a realização do Censo do Deficiente, que não se limitou a identificar os municípios com algum tipo de deficiência, mas que forneceu dados sobre a escolaridade básica da população acima de 13 anos, o que possibilitou ao SEJA redimensionar o atendimento escolar a essa parcela da população.

Os projetos de convênio com a APAE-Diadema em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação e com o Departamento de Saúde Municipal, visando ao desenvolvimento de programas de reabilitação, diagnóstico, tratamento e acompanhamento para crianças de 0 a 10 anos, com a realização de eventos diversos que contribuíssem para diminuir a estigmatização e a marginalização das pessoas com deficiência.

O ano de 1993 marcou uma mudança na oferta de serviços de educação especial no município com o início do atendimento de apoio sediado na Escola “Olga Benário”. Houve a implantação do “Projeto Integração” pelo Serviço de Educação

⁷ Ver documento “Retratando o Currículo da Rede: primeiro olhar” – agosto/1998 – volume 4.

Especial⁸ (SEE), por meio do qual os alunos da educação infantil, matriculados na rede comum, e que apresentavam necessidades educacionais especiais, passaram a receber suporte dos professores itinerantes. Essa ação pretendeu romper com a dicotomia existente entre a educação especial e a educação comum, na perspectiva de promover a distinção entre o trabalho escolar e o de reabilitação. Além disso, através de cursos, palestras e reuniões com a população esses professores esclareciam e divulgavam os trabalhos realizados.

Ainda em 1994, a Divisão de Educação Especial estabeleceu como desafio tornar a Escola “Olga Benário” “uma escola de 1º Grau (1^a a 8^a série) de boa qualidade⁹” pois, desde 1988, oferecia apenas as quatro primeiras séries do ensino fundamental¹⁰. Além disso, a Divisão de Educação Especial investiu na capacitação de professores e na promoção de momentos de reflexão acerca de algumas práticas tradicionais, tal como a do aluno com deficiência auditiva freqüentar por dois anos cada série escolar. Foi reestruturado o atendimento fonoaudiológico, cujo foco clínico voltou-se às questões relacionadas com as dificuldades pedagógicas. Houve, ainda, a aquisição de diversos recursos materiais, pedagógicos e áudios-visuais. A Divisão de Educação Especial distribuiu, para todas as escolas da rede, uma cartilha denominada “Integração do Deficiente na Escola Pública¹¹” com informações sobre todas as áreas da deficiência, orientações para o professor da sala de aula comum, bem como explicações sobre a importância da parceria entre esse professor e os da educação especial.

Nesse mesmo período, criou-se o cargo de professor para alunos com deficiência visual¹² e mental, contratado por concurso público. Foram instaladas, em 1995, duas Salas de Recursos para atender alunos com deficiência auditiva e visual, com o objetivo de disponibilizar recursos e materiais apropriados para esse alunado, e estabelecer o espaço de troca entre os professores dessas salas e os das classes

⁸ O Serviço de Educação Especial contava naquela ocasião com quatro professores da rede, duas eram formadas em EDAC e as demais em educação infantil, com experiência e cursos de formação na APAE de São Paulo.

⁹ DIADEMA. Departamento de Educação, Cultura e Esportes – Educação Especial – Avaliação de 1993 – volume 3, p. 3.

¹⁰ Em 1996, implanta-se a sétima série e, em 1997, completa o ensino fundamental com a oferta das oito séries. Em documento posterior (DIADEMA. “Retratando o Currículo da rede: primeiro olhar”, agosto/1998 – volume 3) destaca-se que a “Olga Benário é uma escola de educação especial e que atende ao ensino regular de 1^a a 4^a série desde 1988 e de 5^a a 8^a série desde 1995”.

¹¹ Cartilha elaborada pelo Serviço de Educação Especial, em 1994, intitulada “Integração do deficiente da escola pública - manual de orientação”, volume 3.

¹² De acordo com o documento Departamento de Educação, Cultura e Esportes “Avaliação da Educação Especial” ficou confirmada a não existência no quadro de professores itinerantes especializados em deficiência visual, no entanto, eram feitas orientações aos professores da rede, ainda que só houvesse registro de crianças com visão subnormal (1993, p. 3).

comuns. Implantou-se também atendimento fonoaudiológico para crianças surdas que estavam matriculadas na rede municipal e criou-se o Grêmio Estudantil da Escola “Olga Benário”. Em 1995, o “Projeto Integração” ampliou seu atendimento para os alunos do SEJA e, no ano seguinte, estendeu esse serviço aos municípios com necessidades educacionais especiais matriculados na Escola Municipal Profissionalizante¹³, os quais foram atendidos por dois professores das áreas mental e auditiva.

No segundo semestre de 1996, alguns ações e eventos marcaram a educação especial no município: a instalação da Sala de Recursos de Deficiência Física na Escola “Olga Benário”, no qual já existiam as duas anteriormente mencionadas; a “II Semana da Educação Especial” e o “I Encontro de Comunicação como Forma de Expressão”.

Administração 1997–2000: prefeito Gilson Luís Correia de Menezes

Na gestão 1997-2000, o prefeito Gilson Menezes retorna à Prefeitura agora não mais pelo PT e sim pelo PSB – Partido Socialista Brasileiro, buscando dar seguimento à política de participação popular. Manteve as três diretrizes da administração anterior: democratização da gestão, democratização do acesso e permanência e qualidade social da educação¹⁴. No primeiro ano de gestão foi elaborado um documento de avaliação do serviço de educação especial que apontou algumas das dificuldades enfrentadas por esse departamento. Nesse mesmo ano, foi elaborado um folheto¹⁵ pelos profissionais que atuavam na educação especial sobre o papel do professor itinerante, buscando focalizar a parceria pedagógica, condição para o desenvolvimento do processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Em 19 de dezembro de 1997, após longa discussão com os professores municipais, foi instituído, em Diadema, o Estatuto do Magistério, através da Lei Complementar Municipal, Lei n.º 71. Nele fica estabelecido o plano de carreira do professor e a garantia da formação em serviço, por meio de horas de formação incorporadas na jornada de trabalho. Esse Estatuto no que se refere ao atendimento aos portadores de deficiência assegura que: este atendimento deve ocorrer classes comuns de escolas municipais, com acompanhamento de professores especializados – denominados professores itinerantes – assim como em salas de recursos. Em relação à formação docente voltada à educação especial, passaram a ser exigido curso superior de Pedagogia com licenciatura plena e habilitação específica nas áreas de: distúrbios de áudio-comunicação, deficiências visual, mental e física. Quanto à jornada de trabalho, consta que o professor de educação especial deveria cumprir, semanalmente, 25 horas.

¹³ A Escola Municipal Profissionalizante foi a que originou a Fundação Florestan Fernandes.

¹⁴ A promulgação da LDBEN nº. 9.394/96 desencadeou, nessa administração, uma acirrada discussão com todos os professores da rede sobre a municipalização do ensino. Assim, elaborou-se uma cartilha (junho de 1997), para esclarecer a população e a rede sobre esse tema.

¹⁵ , DIADEMA. Documento “Escola” – 1997, volume 4 (APÊNDICE A, no CD-Room).

O ano de 1998 foi marcado pela publicação do Plano de Educação Municipal da rede pública de Diadema. Em relação à educação especial assinalou que essa “tem como princípio básico à atuação no atendimento de crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais, propiciando-lhes oportunidades educacionais compatíveis com suas características peculiares”, (1998, s/p).

Neste ano, o documento “Serviço de Educação Especial – Programa de Integração. Avaliação do primeiro semestre – 1998” apontou as alterações efetuadas para garantir a melhoria do atendimento aos alunos com deficiência:

[...] atendimento a todas as áreas da deficiência por parte dos profissionais da equipe itinerante, independente da habilitação específica; intercâmbio entre os professores da equipe, como meio inicial para suporte técnico em relação às outras áreas da deficiência; abertura da sala de atendimento aos alunos com Distúrbios Globais do Desenvolvimento (DGD); reflexões e atendimento a alunos e seus respectivos professores da escola especial com outros comprometimentos além da deficiência auditiva (1998, s/p).

O documento “Programa do Serviço de Educação Especial - SECEL/DEPED” (1998), elaborado pela equipe de profissionais do Serviço Itinerante e das salas de apoio e de recursos, apresentou os princípios, as modalidades, as formas de atuação, as metas e a avaliação de cada serviço, exceto da Escola “Olga Benário¹⁶”. Nesse material estavam explicitados os seguintes princípios:

[...] romper com a dicotomia entre a educação comum e a especial, buscando o entrelaçamento dessas modalidades como partes integrantes da proposta escolar; repensar as práticas pedagógicas de forma a garantir o acesso ao conhecimento historicamente elaborado, respeitando as diferenças individuais dos alunos; ... (p. 5).

Segundo o documento “Serviço de Educação Especial: Avaliação e Metas. Iº semestre de 1999”, foram feitas diversas ações do governo visando a contemplar o eixo “Qualidade Social da Educação”, tais como: a contratação de assessorias específicas para os professores com a finalidade de oferecer conhecimento específico e maior segurança no atendimento de casos mais graves; redirecionar a proposta de trabalho dos professores itinerantes no sentido de atenderem a todas as deficiências; reformar e ampliar a EMEI “Elza de Lourdes Segres” para a implantação do Centro de Educação Especial, posteriormente chamado de Centro de Atenção à Inclusão Social – CAIS¹⁷. Quando esse Centro passou a funcionar, contava com materiais pedagógicos específicos, com vistas à “reorganização e ampliação no atendimento das salas de

¹⁶ No referido documento pôde-se constatar que naquela administração o Serviço de Educação Especial não incorporava a Escola “Olga Benário”, o que possivelmente representou uma separação no gerenciamento dos serviços de educação especial com essa escola subordinada a outra divisão do DEPED.

¹⁷ O CAIS foi inaugurado oficialmente em 5 de novembro de 1999, mas sua regulamentação foi efetuada apenas em 2004. Contudo, o seu funcionamento se deu antes de completar todas as reformas para a devida inauguração.

recursos e de apoio pedagógico” (s/p) e mobiliário específico para o atendimento das crianças com deficiência física da escola regular. No segundo semestre de 1999, foi publicada uma proposta de atendimento em SAP para alunos com deficiência mental ou com atraso significativo na aprendizagem. No ano de 2000, foi elaborado um projeto para o Programa de Gestão Pública e Cidadania da Fundação Getúlio Vargas que objetivava incentivar inovações na administração e prestação de serviços públicos por governos municipais, estaduais e por organizações próprias dos povos indígenas, por meio de premiação, intitulada “Programa de Inclusão – Caminhos para a Inclusão Social: múltiplas leituras no olhar da diferença”.

Administração 2001–2004: prefeito José de Filippi Júnior (1º mandato)

Nessa administração o documento da Divisão de Educação Especial (2001) apontava prioridades e dificuldades deste início de gestão. Em face dessas considerações, a Divisão elaborou o “Planejamento 2001” da Educação Especial em que foram previstas algumas ações como: realizar mapeamento do trabalho da Escola “Olga Benário” e do CAIS, levantando o número de alunos atendidos oriundos de escolas das redes de ensino estadual, municipal e privada; instaurar discussão sobre o papel do CAIS; entre outras. Com relação ao transporte da pessoa com deficiência foi elaborado um documento no mesmo ano que resgatou sua história e apontou como dificuldades a sua ampliação para atingir os municíipes em lista de espera, bem como a necessidade de uma nova organização desse serviço.

Vale destacar que, para o acompanhamento da execução das metas do Plano Emergencial, elaborado no início da gestão, construiu-se o “Plano de Ação Pedagógica – PAP”, cuja primeira versão foi publicada em março de 2002. Em abril de 2002, essa mesma equipe do departamento elaborou as “Normas Gerais e Únicas na Administração das Escolas Municipais¹⁸” cuja finalidade era de otimizar o desenvolvimento da rotina escolar. Ainda no ano de 2002, iniciou-se o projeto piloto “Programa de Formação Permanente – ensino fundamental regular”, que mais tarde originou o “Grupo de Intervenção Metodológica” (GIM).

Em 2003, também foi editada a Resolução SECEL 001, que estabeleceu orientações e critérios para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns. Estavam previstos números máximos de alunos matriculados com N.E.E. em cada sala, possibilidades de redução de alunos quando da matrícula de alunos com N.E.E., entre outras.

Em junho de 2004, houve a inauguração das novas instalações do CAIS, que, por meio de financiamento do BNDES, resultante do prêmio obtido pelo projeto

¹⁸ Pode-se constatar que o documento era ainda provisório, pois continha anotações de punho e não estava homologada pelo secretário de educação.

“Caminhos para a Inclusão Social: múltiplas leituras no olhar da diferença¹⁹”, adquiriu novos equipamentos e teve sua área ampliada para 750m quadrados.

Administração 2005-2008: prefeito José de Filippi Júnior (2º mandato)

Logo no início da gestão²⁰, com a mudança de gestores, o que se verificou foram diversas alterações, entre elas o desmembramento administrativo da SECEL uma vez que a Prefeitura passou a ter uma Secretaria Municipal de Educação, outra de Cultura e uma terceira de Esporte e Lazer, portanto, também três secretários.

A equipe da Secretaria Municipal de Educação de Diadema (SME-Diadema) elaborou um documento intitulado “Planejamento – Secretaria de Educação 2005-2008” que apresentou para cada uma de suas divisões, setores, núcleos e seções as ações, os prazos de execução, o custo e os responsáveis pela realização de cada proposta e macro-ações, das quais se ressaltavam, no campo da educação especial:

[...] levantar a demanda real do município; desenvolver ações que aperfeiçoem a inclusão educacional e social; atendimento dos alunos com deficiência grave; articulação com outros órgãos e secretarias para discutir e estabelecer ações conjuntas; ampliar o transporte para pessoas portadoras de deficiência; estabelecer ações de incentivo aos recursos humanos da educação especial; integrar as ações do Serviço de Educação Especial; e normatizar os serviços de educação especial (s/p).

Dentre as propostas assinaladas neste documento, ainda pôde-se destacar:

- 1 – Levantamento real da demanda municipal.
 - a) Censo para levantamento e atualização da demanda real dos municípios PPD, de suas necessidades educacionais e sociais;
 - b) Parceria com os serviços de saúde – para alunos que se encontram sem atendimento. Como por exemplo: fono, TO, fisio, e outros;
 - c) Análise dos serviços que o município pode implantar e/ou aperfeiçoar adequando as necessidades dos municípios com necessidades especiais.
- 2 – Desenvolver ações que aperfeiçoarão a inclusão educacional e social.
 - a) Oferecer atendimento pedagógico aos alunos matriculados na rede regular de ensino com o serviço dos pedagogos especializados no CAIS; e atender compromisso com os surdos que foram para o ensino médio;
 - b) Realizar programas de formação para todos os coordenadores e professores da rede;
 - c) Atender os alunos surdos na Escola “Olga Benário” no ensino fundamental regular, na educação infantil e na suplência e acompanhar alunos que tenham ido para unidades de alunos ouvintes;

¹⁹ Trata-se do Programa de Gestão Pública e Cidadania das Fundações Getúlio Vargas e Ford que objetivava incentivar projetos de inclusão social com a cessão de prêmios, como anteriormente mencionado (Ver documento “Ciclo de Premiação 2000 – Gestão Pública e Cidadania – Iniciativa da Fundação Getúlio Vargas e Fundação Ford com apoio do BNDES” – volume 4 no APÊNDICE A, no CD-Room).

²⁰ Nesse início de gestão, mesmo com a continuidade da administração, o quadro de gestores foi alterado e, com isso, os pesquisadores tiveram dificuldades para coletar os documentos a tempo, catalogá-los e analisá-los para compor o conjunto de dados desta pesquisa. Assim, será apresentado um breve relato das informações extraídas em consultas documentais.

- d) Ampliar o atendimento em sala de recursos do CAIS, otimizando o período intermediário e estendendo para o horário noturno, e/ou através de salas descentralizadas;
- e) Buscar parceria com os pais dos educandos da Escola “Olga Benário” e do CAIS na educação das crianças, através de reuniões formativas e programas de formação;
- f) Garantir Acessibilidade física através de Adaptação Arquitetônica das Unidades Escolares;
- g) Garantir acessibilidade ao ensino através da ampliação da discussão sobre as Adaptações Curriculares, Adaptações de Recursos e Materiais e a formação de professor-intérprete, entre outras; (s/p)

Ainda que outras propostas foram apontadas nesse documento, não foi possível uma análise mais aprofundada para o detalhamento das mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do resgate histórico da política pública do município de Diadema analisamos que, ao longo do período examinado, a prioridade estabelecida como eixo norteador das diferentes gestões administrativas, foi, em termos gerais, promover a qualidade do ensino para favorecer o acesso e a permanência, na perspectiva da gestão democrática, visando a educação para todos. No que se refere especificamente às políticas de educação especial, pôde-se apreender que o município tem aprimorado suas propostas ao longo de quase duas décadas. Nesse tempo, foram estruturadas ações cujo objetivo geral foi o da “integração/inclusão” dos alunos com necessidades educacionais especiais ao meio escolar comum. No levantamento histórico realizado verificamos mudanças ocorridas, tanto em termos de investimentos nos serviços, quanto na ampliação, adequação e aquisição de equipamentos específicos. Em termos gerais, Diadema possui atualmente a Escola “Olga Benário” e o CAIS – Centro de Apoio à Inclusão Social – onde funcionam as salas de recursos (deficiência auditiva, visual e física), as de apoio pedagógico (deficiência mental, distúrbios globais do desenvolvimento), a de estimulação e de atendimentos à comunidade. Além desses equipamentos, é mantido convênio com a APAE-Diadema e, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (S.M.E.), é disponibilizado um serviço, com o objetivo de transportar os alunos com necessidades educacionais especiais tanto dentro da cidade como para municípios circunvizinhos. Se forem introduzidas as mudanças propostas no documento de Planejamento da S.M.E., também haverá atendimento para os alunos com deficiências graves e/ou múltiplas, assim como serviço de adaptação de materiais, regulamentação do CAIS.

A partir da análise das fontes documentais foi possível recuperar a cronologia da educação especial nesse município, bem como apreender a estrutura de seus serviços e a dinâmica de seu funcionamento. Uma das dificuldades encontradas foi compilar esses dados já que as informações estavam pulverizadas em vários espaços públicos. Constatou-se que, em alguns desses, a supressão de informações que pudesse

situá-los precisamente quanto à data ou período de sua elaboração, dificultaram a reconstituição histórica.

Assim verificou-se a ausência de normativas para denominação desses registros, tanto em nível de Secretaria de Educação, de Divisão de Educação Especial e/ou de outras repartições de governo. No que tange aos registros das ações específicas dos equipamentos da educação especial, destaca-se a falta de normatização dos serviços de educação ofertados pelo município, principalmente no que diz respeito aos procedimentos do CAIS e da Escola “Olga Benário”, quanto à denominação da população atendida e às normas de encaminhamento e desligamento o que resulta em dificuldades para apreender uma linha de conduta comum a todos os seus profissionais, expressam por vezes, dificuldades em delinear a política de educação inclusiva desse município. Mais especificamente constatou-se certa fragilidade na estruturação do atendimento em educação especial, demonstrada pela não sistematização do trabalho quanto ao currículo, a terminalidade, à sistemática específica de avaliação e à profissionalização das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Ainda no que diz respeito ao registro dos dados dos atendimentos especializados, cabe salientar que estão centralizados em grande parte no CAIS, o que se configura como indício que a educação especial não é uma modalidade incorporada pela administração central do município no mesmo grau de acompanhamento e de assimilação dispensado às demais etapas e modalidades de escolarização. Essa percepção foi reforçada pela dificuldade que as escolas encontram para registrar os alunos com necessidades educacionais especiais que atendem, pelo fato de que os instrumentos oficiais, não têm campo específico para esse tipo de anotação. Assim, a centralização dos dados dos atendimentos prestados aos alunos com N.E.E. no CAIS e na Escola “Olga Benário” pode ser entendida como parte da política pública em relação a essa população indicando uma separação entre educação especial e comum.

Essas dificuldades demonstram a importância da compilação, organização e catalogação para que todo o material produzido seja passível de consulta e de utilização para a realização de outros estudos, uma vez que são os documentos (mesmo que em número reduzido) as fontes prioritárias no registro de princípios, objetivos, metas e da explicitação dos planos e programas que definem a atuação do poder público. O registro sistemático e qualificado possibilita a potencialização de recursos físicos e humanos disponíveis no sistema, e evita o isolamento e/ou sobreposição de ações no âmbito de uma mesma Secretaria, entre as Secretarias Municipais ou dessas com as de outras esferas governamentais.

A conclusão do presente estudo permitiu a organização de algumas sugestões no tocante à elaboração de programas de formação continuada, a organização dos documentos que retratam a história da Educação Especial do município de Diadema, a sinalização de orientações e normatizações nos procedimentos de atendimento as

pessoas com N.E.E., na reflexão sobre a política pública de inclusão no tocante as ações inter-secretariais e ao atendimento da demanda do município.

REFERÊNCIAS

- BRASIL.* Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050, 1994.
- _____. Congresso Nacional. *Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.
- _____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução CNE/CEB nº. 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: Diário Oficial da União, 14 de setembro de 2001.

Documentos oficiais da rede de ensino de Diadema

- DIADEMA. Prefeitura do Município de Diadema. *Documento Informativo Municipal*. Número Especial de Fevereiro, 1986.
- DIADEMA. Prefeitura do Município de Diadema. *Avaliação da Administração*, ano de 1989.
- DIADEMA. Prefeitura do Município de Diadema. *Folder*. E.E.M. Olga Benário Prestes, 1989.
- DIADEMA. Prefeitura do Município de Diadema. *Fundamentos para a Escola de Educação Especial de Diadema de 1989*. 1989.
- DIADEMA. Prefeitura do Município de Diadema. *Avaliação da Administração – Ano 89 e Plano de Ação para 90*. P.M.D., 1990.
- DIADEMA. Prefeitura do Município de Diadema. *Lei Orgânica do Município*. P.M.D., 1990.
- DIADEMA. *Plano de Metas*, 1990. P.M.D., 1990.
- DIADEMA. Prefeitura do Município de Diadema. *Avaliação da Gestão 89/92*.
- DIADEMA. Prefeitura do Município de Diadema. *Documento – Planejamento Estratégico*, junho, 1993.
- DIADEMA. Prefeitura do Município de Diadema. Departamento de Educação, Cultura e Esporte. *Cartilha elaborada pelo Serviço de Educação Especial*, em 1994.
- DIADEMA. Prefeitura do Município de Diadema. Escola: um espaço de cultura – Educação Especial: a ousadia de construir os caminhos de integração. Caderno série Formação Permanente, 1996.
- DIADEMA. Prefeitura do Município de Diadema. *Revista Investir em Gente é que faz a diferença* – dezembro de 1996
- DIADEMA. Prefeitura do Município de Diadema. Departamento de Educação, Cultura e Esporte. *Documento Escola*, 1997.
- DIADEMA. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. *Retratando o Currículo da Rede: primeiro olhar*. Agosto/1998.

- DIADEMA. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. *Plano de Educação Municipal da rede pública de Diadema*, 1998.
- DIADEMA. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. *Programa do Serviço de Educação Especial – SECEL/DEPED*, 1998.
- DIADEMA. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. *Serviço de Educação Especial - Programa de Integração. Avaliação do primeiro semestre – 1998*.
- DIADEMA. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. *Projeto-SAP-DM – sala de apoio pedagógico para alunos deficientes mentais e/ou com atraso significativo na aprendizagem – Uma proposta de atendimento para 1999*.
- DIADEMA. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. *Serviço de Educação Especial: Avaliação e Metas*. Iº semestre de 1999.
- DIADEMA. Prefeitura Municipal de Diadema. *Ciclo de Premiação 2000 – Gestão Pública e Cidadania* – Iniciativa da Fundação Getúlio Vargas e Fundação Ford com apoio do BNDES.
- DIADEMA. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. *Serviço de Educação Especial Revista CA/S*, 2000.
- DIADEMA. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Departamento de Educação. *Normas regimentais básicas para as escolas municipais de Diadema*. Diadema, 2000.
- DIADEMA. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. *Análise da situação dos serviços na Divisão de Educação Especial – Diadema – ano 2000, jan.2001*.
- DIADEMA. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Departamento de Educação. *Plano de Ação Pedagógica – PAP*, versões 2002 e 2003.
- DIADEMA. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. *Normas Gerais e Únicas na Administração das Escolas Municipais*, 2002.
- DIADEMA. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. *Escolarização de crianças com distúrbios globais do desenvolvimento: as características e os impasses da inclusão*, 2002.
- DIADEMA. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Departamento de Educação. *Resolução SECEL 001/2003*. Diadema: SECEL, 2003.
- DIADEMA. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. *Caderno da Educação Especial*, dezembro 2004.
- DIADEMA. SECEL. Diário na Escola. *GIM Grupo de Intervenção Metodológica – Gestão 2001-2004. Jornal Diário do Grande ABC*, 2004.
- DIADEMA. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Departamento de Educação. *Centro de Atenção á Inclusão Social - CA/S*. Diadema, abril de 2004.